



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

14 DE AGOSTO  
INTENDÊNCIA MUNICIPAL  
MONTEVIDÉU-URUGUAI  
ENTREVISTA COLETIVA DO PRESI-  
DENTE JOSÉ SARNEY À IMPRENSA

### **Presidente José Sarney:**

Desejo, antes de iniciar esta entrevista, agradecer aos meios de comunicação do Uruguai a forma extremamente dinâmica e competente como têm coberto esta minha passagem. Têm contribuído bastante para melhor compreensão dos nossos países e, ao mesmo tempo, para um relacionamento bem melhor entre os nossos povos. Muito obrigado.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, a pergunta tem a ver com a dívida do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, mais especificamente com os bancos credores. É nesse sentido que queremos saber se o Brasil aplicará um critério seletivo, de inclusão dos países que dêem mais facilidade para negociar a dívida externa, pela qual vocês estão lutando.*

## **Presidente José Sarney:**

A posição do Brasil sobre a dívida externa está bem definida. Consideramos que devemos tratar o problema da dívida em dois patamares absolutamente distintos. Um patamar diz respeito à negociação de natureza financeira, que temos com os nossos credores. Nesse patamar se inclui, sem dúvida, a negociação com o FMI e também a negociação com os bancos, o acordo com os bancos. E outro patamar, que é o patamar político, que consideramos extremamente importante e diretamente relacionado com o aspecto financeiro. O patamar político é aquele de que nós não podemos abdicar de nenhuma maneira, e que nos foros internacionais vai fixar o ponto-de-vista segundo o qual a dívida externa não pode ser paga com a manutenção de uma ordem econômica como atualmente existe, porque as formas de protecionismo evitam a expansão do livre comércio, e, por outro lado, o direito que têm os países desenvolvidos de aumentar unilateralmente os juros da nossa dívida, cria situações absolutamente insuportáveis para os nossos povos. Por outro lado, consideramos inadmissíveis a obrigação de nossos países de cada vez mais serem instados a uma política econômica voltada exclusivamente para gerar saldos comerciais destinados ao pagamento da dívida. A prioridade que devemos ter é a prioridade do crescimento econômico, a prioridade de dizer não a qualquer tipo de recessão.

## **Pergunta**

*Senhor Presidente. O Senhor disse ontem, na Assembléia-Geral do Uruguai, que a dívida não será paga*

*nem com a recessão, nem com desemprego, nem com fome, nem com democracia. Como um contrato de crédito é uma questão bilateral, as responsabilidades são iguais para quem concede e para quem contrai a dívida. Pergunto, Senhor Presidente, se os nossos credores internacionais não aceitarem as nossas propostas de composição das dívidas, o Brasil poderá chegar ao rompimento com o FMI?*

**Presidente José Sarney:**

O Fundo Monetário Internacional é uma entidade da qual o Brasil foi fundador. Basicamente, nós temos a obrigação, como todos os países que dele fazem parte, de anualmente estabelecer um sistema de consultas sobre o andamento da nossa economia. Mas, evidentemente, o Fundo Monetário Internacional, que foi feito, que foi criado para resolver questões cambiais de curto prazo, transformou-se numa espécie de auditor internacional e, nesse sentido, tem alguns critérios, critérios esses dos quais divergimos. E nós estamos tendo uma difícil negociação com o Fundo Monetário Internacional, sobretudo porque o ponto-de-vista do Brasil é realmente o de que nós não podemos aceitar, em nenhum momento, qualquer política recessiva. Achemos que, sem crescimento econômico, nenhum país pode cumprir os seus compromissos, nem internos, nem externos. A política da recessão é a pior política para os países subdesenvolvidos, porque a recessão leva, inevitavelmente, ao desemprego. Ela leva à estagnação da economia, leva à convulsão social, e essa convulsão social tem quase sempre desembocado em crises institucionais. Por isso, eu tenho dito,

em relação ao meu País, ao Brasil, que o Brasil não é um risco econômico. As potencialidades do País são grandes, mas pode ser um risco político se nós não tivermos a consciência histórica do que o País representa, e não defendermos intransigentemente o direito de o País manter o seu nível de desenvolvimento econômico.

### **Pergunta**

*O que eu quero perguntar ao Senhor, Presidente José Sarney, é se em sua reunião com o Presidente Sanguinetti se avaliou a possibilidade de levar a cabo ações concretas de solidariedade e apoio com os regimes, quem sabe talvez não democráticos, da América do Sul, dado que o contexto da declaração de ambos se depreende uma reafirmação do espírito democrático da América Latina?*

### **Presidente José Sarney:**

Acho que basicamente o fato de a prioridade do Brasil, em matéria de política internacional, ser hoje a América Latina, e conseqüentemente o Presidente do Brasil começar essa nova etapa visitando o Uruguai, é uma demonstração de que nós consideramos que, conjuntamente, hoje temos realidades que são de todos nós. E esse grande elo de ligação, hoje, da América Latina é realmente o renascimento democrático. Devemos fazer um esforço conjunto de consolidação da democracia na América Latina. Acho que, ao longo de nossa História, em poucos instantes tivemos uma situação tão idêntica quanto a que agora vivemos. Todos nós estamos viven-

do um renascimento, um período de grandes esperanças na consolidação do regime democrático. E o que desejamos é que esta era seja realmente uma era definitiva e uma marca permanente do grande caminho das liberdades individuais, dos direitos humanos, das liberdades civis e de um fortalecimento institucional de nossos países.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, fora dos aspectos protocolares, qual foi o saldo mais positivo de suas conversações com o Senhor Presidente Sanguinetti?*

### **Presidente José Sarney:**

Devo dizer que considero a minha visita ao Uruguai como um início de uma nova etapa no relacionamento de nossos dois países. Desejamos que o nosso relacionamento seja agora marcado, não pelo critério da acidentalidade, em que as nossas relações eram episódicas e quase sempre marcadas por instantes de crises, quer fossem no terreno político, quer fossem na área econômica. Quase sempre o Brasil tem se valido das suas trocas comerciais, em relação ao Uruguai, para estabelecer trocas que se destinam a regular o mercado interno em momentos de descompensação. Nós desejamos, então, que essas relações agora sejam marcadas por um permanente desejo, e, ao mesmo tempo, efetiva realização de uma política que possa ter bases sólidas e definitivas, e que não tenha, de nenhu'a maneira, a marca da circunstância. Levo do Uruguai a consciência da visão de que o

Senhor Presidente Sanguinetti está deseioso de que esse nosso relacionamento seja, agora, marcado por uma nova visão. Por outro lado, no terreno político, desejamos estabelecer uma permanente troca de idéias com o Uruguai e com os países da América Latina, sobre posições que possam ser posições conjuntas de nossos países na discussão dos problemas multilaterais.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, o Senhor acredita que ainda será possível ao Brasil firmar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional este ano? E em caso positivo ou negativo, que importância o Senhor atribui a isso no contexto da renegociação da dívida brasileira?*

### **Presidente José Sarney:**

O nosso acordo com o Fundo Monetário Internacional não foi firmado, justamente por não vir de encontro aos nossos pontos-de-vista. Porque o Brasil, como eu disse e devo repetir, manteve e tem mantido uma posição de não admitir, de nenhuma maneira, abdicar de dois pontos importantes. O primeiro deles é um crescimento de 5% ao ano na nossa economia. E esse ponto-de-vista é básico. Por outro lado, nós também, no exercício da nossa soberania, adotamos os reajustes que considerávamos que eram suportáveis. Posteriormente levamos nossa posição ao FMI e, até hoje, não chegamos a um acordo. A posição do Brasil é realmente a de manter-se absolutamente firme nessa decisão de que, no exercício dos nossos interesses, da nossa soberania

nia, esses ajustamentos que estão sendo feitos sejam ajustamentos feitos por nós. Mas estamos dispostos a continuar nas negociações com o Fundo sem abrir mão desses pontos-de-vista que são pontos-de-vista para nós inegociáveis, porque não podemos negociar o crescimento econômico do País.

### **Pergunta**

*Como definiria, Senhor Presidente, as semelhanças ou diferenças entre o atual plano de reforma agrária com o plano que tentou João Goulart, Presidente em 1963-64? (repetindo a pergunta) uma estimativa comparativa e histórica, no Brasil, de seu plano atual de reforma agrária com o plano de reforma agrária tentado em 63-64 pelo Presidente João Goulart?*

### **Presidente José Sarney:**

A Reforma Agrária é uma decisão que foi tomada pela Aliança Democrática (que é o conjunto de forças constituído para a eleição do Presidente Tancredo Neves, chapa na qual eu fui candidato a Vice-Presidente), e nesse compromisso acertamos que um ponto fundamental do Governo seria a implantação da Reforma Agrária no País. Nós não vamos recuar desse compromisso. E a Reforma Agrária no Brasil está sendo feita não para gerar violência, não para atingir o direito de propriedade, mas para restabelecer a justiça no campo, para evitar violência no campo, para evitar o êxodo rural e, por outro lado, para promover uma justiça nessa área, que sem dúvida é uma das áreas mais castigadas pela miséria

no País. E nesse sentido o Governo está cumprindo as suas etapas. Neste instante, nós estamos recebendo sugestões para o I Plano Nacional de Reforma Agrária e a partir do próximo mês, uma vez avaliadas essas sugestões, nós deflagaremos o processo em nível de execução.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, o General Vernon Walters, representante dos Estados Unidos na ONU, disse que não descartava que seu país pudesse intervir militarmente na Nicarágua. Como julga o Senhor esses conceitos, sobretudo levando em conta que tanto o Uruguai como o Brasil decidiram respaldar as gestões que estão sobre esse tema o Grupo de Contadora?*

### **Presidente José Sarney:**

A posição conjunta do Brasil, do Uruguai e da Argentina tem sido extremamente positiva em relação à política da América Central. Temos todos defendido o ponto-de-vista de que de nenhu'a maneira devemos perder a possibilidade de uma solução negociada para o problema da Nicarágua. Não admitimos de nenhum modo qualquer fórmula de violência na solução do problema da América Central. E o Grupo de Contadora tem sido o foro natural que temos buscado para solucionar esse problema e, embora nossos países não façam parte do Grupo de Contadora, o nosso desejo tem sido o de fortificar esse Grupo de modo que ele possa cumprir com sua finalidade. Neste momento, estamos tentando revitalizar o Grupo de Contadora com algumas provi-

dências efetivas de modo que ele possa contribuir de maneira decisiva para o restabelecimento de uma política de paz na área da América Central.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente: acredita-se que, para uma negociação política da dívida externa dos países latino-americanos, seria necessária uma ação conjunta, um bloco de países devedores. O Senhor ainda acredita nessa possibilidade, com as dificuldades que os países latino-americanos encontram, por exemplo, por parte dos Estados Unidos, que resiste em reconhecer o Grupo de Cartagena?*

### **Presidente José Sarney:**

Na busca de uma discussão política da dívida, nós da América Latina criamos um foro, e esse foro é o foro de Cartagena, além de todos os outros em que cada um de nós possa exercer influência e, ao mesmo tempo, o nosso poder de denúncia. Nosso interesse é o de fortalecer Cartagena, de modo que ele possa cumprir, cada vez mais, a finalidade para a qual foi criado. Em relação à negociação conjunta do problema da dívida, temos grandes dificuldades pelas peculiaridades que tem, cada País, em resolver seus próprios problemas. Isso não evita que haja uma visão conjunta, que é a visão sobre a necessidade da criação de uma nova ordem política internacional. Este é o elo de unidade entre todos os nossos países no que se relaciona ao problema da dívida. Agora, sob o aspecto financeiro, como negocia-

ção conjunta, achamos difícil, pelo problema peculiar de cada país. Seria desejável, mas é impossível.

### **Pergunta**

*Em suas conversações com o Presidente Sanguinetti se abordou o tema da situação da zona contestada conhecida por Rincón de Artigas? E, se não se conversou sobre o tema, o assunto se encontra na órbita dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores?*

### **Presidente José Sarney:**

Recebemos uma nota a respeito do Rincão de Artigas e essa nota foi encaminhada ao nosso Ministério das Relações Exteriores. Está sendo estudada e deveremos trazer ao governo do Uruguai uma resposta a esse respeito. Mas, devo ressaltar que, em nenhum momento da vida dos nossos países, essa divergência foi capaz de tol- dar o relacionamento entre as populações de nossas fronteiras, onde há uma comunhão de interesses, uma comunhão perfeita entre o povo uruguaio e o povo brasileiro. A fronteira do Brasil com o Uruguai é mesmo um exemplo de convivência. Cidades que são quase cidades comuns, em que os nossos povos vivem em absoluto sistema de uma grande e fraterna convivência.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente. O Senhor falou sobre a necessidade de se criar uma nova conjuntura no âmbito econômico internacional para melhorar a situação dos países subdesenvolvidos. Quais seriam os instrumentos para*

*que isso se concretize, haja visto que há muito tempo as nações da América Latina vivem uma situação de jugo sob os países industrializados?*

**Presidente José Sarney:**

Nós constatamos que o sistema atual tem penalizado profundamente as nossas economias. Estamos vendo nos jornais uruguaios, e também do Brasil, um balanço das quedas do nosso comércio internacional. Ora, toda a economia poderosa do mundo desenvolvido está voltada para que as nossas economias possam gerar saldos comerciais, saldos estes que são canalizados para as economias mais fortes. Por outro lado, o preço das nossas matérias-primas é mais baixo. Os países mais desenvolvidos cada vez mais fecham as suas portas ao livre comércio. As leis protecionistas impedem o acesso de nossas exportações a esses mercados. Na área financeira, o estabelecimento de juros é uma decisão exclusiva desses governos, sem nenhuma ingerência de nossa parte. Ora, esse sistema, na nossa área, nos faz ficar absolutamente indefesos. A sensibilidade de todos nós, políticos, que temos a responsabilidade do Governo dos nossos países, é de que um sistema dessa natureza não vai funcionar por muito tempo. Ele não pode funcionar por muito tempo, porque traz, primeiro, o germe de uma grande injustiça; e, segundo, a inviabilidade de sua manutenção, porque, no fundo, não atinge os resultados para os quais ele se propõe. A pobreza, a debilidade econômica das nossas áreas, sem dúvida, irão corroer a própria economia dos países desenvolvidos. Daí a necessidade de uma modificação dessa ordem internacional, e a nossa

proposta, a proposta de todos nós, da nossa área, da América Latina — e nesse sentido nós discutimos com o Presidente Sanguinetti — é de que não é uma proposta de natureza ideológica. Nós não estamos interessados em politizar o problema econômico. Não estamos interessados em transformar a dívida externa, ou esta situação, num instrumento de uma confrontação Leste/Oeste. Não estamos interessados em estabelecer impasses. Mas nós estamos conscientes das nossas responsabilidades, da visão dos nossos interesses. E é essa visão das nossas responsabilidades, dos nossos interesses, que nos leva a essa denúncia, de que essa ordem econômica internacional, que aí está, tem um germe da injustiça, e essa injustiça não vai poder perdurar.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente. O Presidente Sanguinetti e o Presidente Alfonsín já manifestaram a disposição de enviar soldados à América Central, numa força de paz que está sendo projetada para vigiar uma zona de segurança entre a Nicarágua e a Costa Rica. Gostaria de saber se o Governo brasileiro também estaria disposto a participar dessa força de paz?*

### **Presidente José Sarney:**

Eu acho que são hipóteses que foram levantadas, mas nenhuma ainda no terreno das coisas concretas com relação a providências a serem tomadas na América Central, de modo a restabelecer a paz. Eu acredito que não é do espírito do Brasil a participação de uma força internacional, e da nossa participação dessa força inter-

nacional. Teríamos muitas dificuldades internas para participar de uma medida dessa natureza. Mas eu acho que temos outras formas de ajudar numa solução pacífica para a América Central. E, para ajudar, o Brasil está disposto a contribuir com o seu prestígio, a sua voz e a sua ação diplomática, sem que necessariamente ele participe de qualquer força internacional.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, qual a sua opinião a respeito das bases militares construídas nas Ilhas Malvinas e agora, também nas Ilhas de Páscoa?*

### **Presidente José Sarney:**

A posição do Brasil é de total solidariedade à Argentina, reconhecendo a sua soberania sobre as Malvinas e, ao mesmo tempo, a nossa disposição de colocar o nosso País a serviço de uma solução que possa vir a ser encontrada, também dentro do próprio espírito da nossa diplomacia, ao longo do tempo, de soluções negociadas, de soluções pacíficas.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, o Presidente uruguaio, durante a assinatura dos acordos, disse que as decisões tomadas com audácia provocam sempre resistências. Eu queria saber se esses acordos agora firmados entre o Uruguai e o Brasil vão sofrer algumas resistências de setores brasileiros e, em caso afirmativo, quais seriam esses setores.*

## Presidente José Sarney:

Eu acho que na área comercial todos nós sabemos que não só em relação ao Uruguai, mas qualquer acordo que seja feito, em qualquer setor, provoca sempre algumas resistências. Mas não são resistências que possam impedir ou prejudicar a realização desses acordos. Até mesmo porque há uma definição de que governar é resistir, e sempre que possa haver resistências o próprio Governo pode buscar uma solução mediadora, vencendo essa resistência. Porque temos um propósito muito mais alto nas nossas relações com o Uruguai. Estamos convencidos de que precisamos, cada vez mais, estreitar o relacionamento com os nossos vizinhos, em particular com o Uruguai, e fazer sacrifícios no restabelecimento de relações duradouras, sem a marca da acidentalidade, permanentes, e que sejam o início de um ciclo que, de etapa em etapa, possa fortalecer o Uruguai. Naquilo que o Brasil puder ajudar — eu devo repetir aquilo que disse ontem, como Presidente do Brasil — nós estaremos presentes.

## Pergunta

*Um dos pontos importantes dessa visita ao Uruguai foi o estabelecimento de um acordo entre dois governos para o desenvolvimento da fronteira entre os dois países, através de estímulos fiscais, com isenção de tributos dos dois lados, para a implantação de indústrias que beneficiem a região. Esta medida poderá ser estendida pelo seu Governo também à fronteira com a Argentina, Paraguai e Bolívia que estão juntos do Brasil?*

## **Presidente José Sarney:**

Nós estamos fazendo um acordo com o Uruguai, resolvendo um problema com a fronteira do Uruguai. Desejosos de uma normalização das nossas relações com o Uruguai. Seria difícil que num acordo entre nossos países pudéssemos tratar e decidir por outros países, embora o desejo permanente do Brasil seja o de, cada vez mais, melhorar o relacionamento com os nossos vizinhos. Nunca tivemos relações tão boas ao longo da nossa História com a Argentina e Uruguai, como estamos tendo neste instante. Então, devemos aproveitar esses ventos bons e consolidar essas relações, que são de extrema importância para o nosso Continente, para os nossos povos. Assinamos não só esses acordos como também a constituição de uma comissão-geral de coordenação; um acordo para criação de uma subcomissão de desenvolvimento conjunto, que é essa comissão da zona fronteira; um acordo para criação de uma outra comissão para cooperação científica, técnica e tecnológica; também uma outra comissão destinada ao setor cultural — na próxima semana a Senhora Ministra da Educação e Cultura já estará no Brasil para implementação desses acordos — um convênio zoossanitário, um ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica no campo da metrologia, da normalização e controle da qualidade industrial; com o revigoramento da Comissão da Lagoa Mirim; o protocolo adicional a um convênio cultural na área de rádio e televisão, trazendo a nossa experiência em matéria de televisão didática e televisão educativa; também um outro acordo no setor do ensino superior; e um ajuste básico de coopera-

ção no campo das comunicações; e a criação de uma subcomissão econômico-comercial, da Comissão-Geral de Coordenação Brasil-Uruguai. Também o acordo de fornecimento de carne, e a declaração conjunta em que nós estabelecemos os nossos pontos-de-vista sobre problemas que dizem respeito ao forum multilateral. Por outro lado, também comuniquei ao Presidente Sanguinetti o meu desejo de acompanhar pessoalmente a execução desses acordos, e de fazermos uma reunião em nível ministerial, no Brasil, para acompanhamento e execução dessas nossas intenções. Nosso desejo é que esses acordos não fiquem só nas intenções, mas que real e efetivamente possam demarcar uma nova etapa do relacionamento do Uruguai com o Brasil:

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, precisamente são palavras do Presidente Sanguinetti, que afirmou ser esta uma nova era das relações entre Uruguai e Brasil. Por que o Senhor Presidente da Argentina não vê desta maneira? Por que ele não recebe como uma nova era?*

### **Presidente José Sarney:**

Porque saímos de um período em que o relacionamento do Brasil e também do Uruguai, e podemos estender esse conceito à própria Argentina, esteve num período, vamos dizer assim, de adormecimento, um período de hibernação, em que existiam as palavras, mas não existiam as ações. Nós atravessamos, em todos os nossos países, um período em que tínhamos problemas internos. Nós estávamos voltados mais para os nos-

sos problemas internos do que realmente para os nossos problemas externos. Hoje, há uma conjugação de identidade. Tanto o Uruguai e, no caso podemos dizer, também a Argentina e o Brasil, podemos pregar, externamente, aquilo que já estamos praticando internamente que é o exercício da democracia, a abertura, a participação, participação esta que achamos que não deve se limitar somente ao nosso nível interno, egoisticamente, mas devemos nos extrapolar numa unidade de bem maior, porque ela se destina a fortificar instituições, a restaurar na América Latina uma consciência da democracia, para que nossos povos não tenham mais e nem possam ter aqueles hiatos que foram tão terríveis para todos nós. E, nesse sentido, com essas relações colocadas nesse nível, evidentemente que os outros setores também florescem numa nova etapa, que é essa que estamos desejosos de inaugurar. Eu volto, particularmente, muito feliz desta minha visita ao Uruguai. Feliz pela compreensão que nós tivemos das nossas intenções e, de certo modo, pela alta distinção que recebemos do Governo do Uruguai e também do povo do Uruguai. Sentimos, no contato que fizemos também com a população de Montevideu, que há o mesmo clima. Há uma confiança de que todos estamos com as asas da liberdade protegendo, como um grande Deus, esta nossa nova caminhada.

### **Pergunta**

*Eu gostaria de saber se já existe uma posição formada do Governo brasileiro sobre o reatamento de relações diplomáticas com Cuba. E gostaria de saber que as-*

*pectos deste relacionamento estão sendo examinados. Se as razões são puramente políticas ou se existem razões mais específicas de segurança nacional.*

**Presidente José Sarney:**

O normal entre as nações é que elas tenham relacionamento diplomático. A falta de relações é a anormalidade. Nós já tivemos a oportunidade de ressaltar esse fato. Quando o Brasil rompeu relações com Cuba, existia uma situação internacional que não corresponde mais ao momento atual. Nesse sentido, nós mandamos estudar o problema do reatamento de nossa relações com Cuba. Mas, de acordo com nossa legislação, temos que ouvir o Conselho de Segurança Nacional. Eu vou aqui repetir que o Presidente, o nosso saudoso e grande líder Tancredo Neves, ao responder a uma pergunta como esta na Cidade do México, teve a oportunidade de ressaltar que esse era um problema de segurança nacional e, quando ele disse que era um problema de segurança nacional, ele queria se referir ao fato de a nossa legislação obrigar audiência do Conselho de Segurança Nacional, sobre o reatamento de nossas relações, não somente com Cuba, como com qualquer outro país. E o processo atualmente está no Conselho de Segurança Nacional e acho que dentro de algum tempo, de um breve tempo, nós teremos uma solução a esse respeito. Mas, de nenhum modo, isso tem prejudicado o nosso modo de vida em relação à maneira de encarar o problema de Cuba. Nós temos tido delegações de natureza cultural, que têm ido a Cuba, e desportivas. Tivemos, também, delegações de parlamentares cubanos no Brasil e essas

relações vão se normalizando dentro de um clima de absoluta normalidade, sem qualquer conotação de paixão e protesto.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente do Brasil, há, hoje, essa corrente de homens que se interessam pelo modus vivendi da negritude mundial. Muito respeitosamente, Senhor Presidente, pergunto: por que razão o Itamarati não tem, dentro de seu quadro de funcionários, um homem de minha raça?*

### **Presidente José Sarney:**

Eu acho que nós temos dentro dos quadros do Itamarati pessoas que não são da raça branca, mas é porque não temos nenhuma discriminação, no Brasil, em relação a credo, a raça e somos realmente uma democracia racial e nos orgulhamos muito de ser uma democracia racial. No caso presente, da política do *apartheid*, acabamos de assinar decreto estabelecendo sanções de natureza comercial, de natureza cultural, de natureza esportiva em relação à África do Sul. Se eu pudesse agregar um dado pessoal, eu diria que sou um veterano na luta contra o *apartheid*. Em 1961 eu era delegado do Brasil nas Nações Unidas e essa questão apenas começava na Comissão de Política Social e tive a oportunidade de fazer um veemente pronunciamento contra a política do *apartheid* na África do Sul.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, qual a postura atual do seu governo com relação ao problema racial da África e quais as possíveis sanções?*

### **Presidente José Sarney:**

Como tive a oportunidade de ressaltar, temos permanentemente exercido por todas as vias diplomáticas toda a pressão que é possível fazer na condenação da política do apartheid.

### **Pergunta**

*Presidente, qual foi o fato mais importante, ou quais foram os fatos mais importantes destas 48 horas de sua visita a Montevideú?*

### **Presidente José Sarney:**

Eu acho que o fato mais importante é a própria visita, porque dentro da visita estão situadas todas as relações e todas as etapas que nós nos propusemos a cumprir e é, como eu disse, o início de um melhor relacionamento com o Uruguai.

### **Pergunta**

*Senhor Presidente, gostaria de saber a opinião sobre a realização de manobras conjuntas entre as forças brasileiras e dos Estados Unidos quando da Operação Unitas.*

## **Presidente José Sarney:**

Nós há muitos anos fazemos manobras de adestramento conjuntas, não só com forças navais dos Estados Unidos, mas também com países da nossa região. Eu acho que apenas estamos cumprindo, dentro da normalidade, aquilo que fazemos há tantos anos, não só com os Estados Unidos, mas com outros países da América Latina.

## **Pergunta**

*Senhor Presidente, durante esta sua visita ao Uruguai, falou-se muito sobre a necessidade de uma maior integração dos países latino-americanos. Ainda nesta entrevista o Senhor afirmou que um dos elos da união entre os países latinos é o renascimento democrático. Em que medida a manutenção de alguns regimes autoritários, como o do General Stroessner, no Paraguai, do General Pinochet, no Chile, prejudicam esse esforço de unificação no Cone Sul?*

## **Presidente José Sarney:**

A política do Brasil tem sido sempre a de não-intervenção, a de respeito à autodeterminação dos povos e, para repetir coerentemente a posição do Brasil, expressa também pelo Presidente Tancredo Neves, em relação aos nossos partidos, os partidos políticos, eles têm todo o direito de examinar o problema sobre o ângulo de suas idéias. E nós não podemos de nenhuma maneira deixar de dizer que todos nós ficaríamos extremamente satisfeitos, desde que a democracia se fortificasse em todas as áreas do Continente.